

COMANDO NACIONAL DE GREVE DO ANDES-SN APRESENTA SÍNTESE DO RESULTADO DE CONSULTA ÀS BASES PARA ORIENTAR OS PRÓXIMOS PASSOS DO MOVIMENTO PAREDISTA

INTRODUÇÃO

No dia 16 de junho de 2024, o Comando Nacional de Greve enviou para as bases o comunicado n. 84 (retificado pelo comunicado n. 85), apresentando a síntese da análise de conjuntura realizada pelos seus integrantes, que objetivou registrar o cenário da greve naquele momento. Pautado por esse processo de análise, lançou a necessidade de consulta às bases sobre os próximos passos do movimento paredista. Nesse sentido, chamou rodada de Assembleias Gerais para o período de 17 a 21 de junho, com intuito de responder a três questões:

- 1- Qual a avaliação da AG das propostas do governo apresentadas pelo MGI e pelo MEC?
- 2- Devemos assinar, ou não, as propostas apresentadas pelo MGI e pelo MEC?
- 3- Devemos continuar a greve ou construir sua saída coletiva no ANDES-SN?

No compromisso do tratamento das respostas vindas das diversas bases da categoria por todo país, o CNG, mais uma vez, se reuniu durante os dias 22 e 23 de junho e sistematizou o resultado dessa consulta. A avaliação a seguir condensa o balanço dos resultados das AGs que a base remeteu ao CNG. Após apresentação do documento produzido pela Comissão de Sistematização, que organizou os resultados de forma literal apenas para facilitar a visualização dos dados, o texto construído sintetiza o rico debate realizado no âmbito do Comando Nacional de Greve.

A SISTEMATIZAÇÃO DA CONSULTA ÀS BASES E DEBATE DOS RESULTADOS

Considerando a situação conjuntural dos últimos anos, destacamos a importância da construção de uma greve que alcança quase a totalidade das IFEs da base do ANDES-SN, bem como outras que se somaram ao CNG. Uma greve que se consolidou a partir da adesão progressiva da nossa categoria, um movimento histórico e legítimo que promove o fortalecimento das lutas coletivas.

As assembleias apontaram também que o movimento docente ganhou força a partir do progressivo crescimento das adesões, a partir de 15 de abril. A força deste processo crescente teve como base a necessidade de lutar por salário, orçamento e direitos e se intensifica com a inconformidade da categoria frente a postura do governo que tentou encerrar as negociações de forma unilateral, optando pela assinatura de “acordo” com uma entidade fantoche, sem legitimidade para representar a categoria. A ampliação desta unidade de luta a partir da base, reafirmou que o ANDES-SN e o SINASEFE são de fato os sindicatos que têm legitimidade e

representatividade junto à categoria docente federal para representá-la e conduzir o processo de negociação.

Ao analisar as propostas apresentadas pelo MGI e MEC, há por parte da categoria o reconhecimento de que o que foi apresentado pelo governo é insuficiente diante das demandas apresentadas pela categoria, articuladas nos CNGs do ANDES-SN e do SINASEFE, bem como pelas contrapropostas apresentadas pelo CNG a partir da avaliação permanente realizadas junto às assembleias de base. Porém, embora insuficientes, reconhecemos ser esta a proposta que preserva o saldo político e organizacional positivo da greve. Entende-se que outros avanços foram comprometidos diante da intransigência do governo em rever adequadamente as previsões orçamentárias para a educação pública federal e também pelo uso antissindical de sua federação burocrática Proifes.

Destacou-se também que um dos resultados importantes deste movimento foi o de ampliar a mobilização docente com considerável aumento da participação nas assembleias e atividades de luta, inclusive com a ampliação da sindicalização ao ANDES-SN. O movimento paredista possibilitou o debate sobre as questões centrais da categoria, como salários e carreira, o desrespeito às(aos) aposentadas(os), a importância do revogação, a diminuição significativa dos orçamentos das IFEs, que afetam sobremaneira as condições de trabalho, fragiliza e compromete a permanência estudantil e o funcionamento das instituições. Ampliou-se, por outro lado, a compreensão da categoria sobre a disputa de projeto de sociedade e fundos públicos e a luta contra o Novo Arcabouço Fiscal (NAF) como elementos estruturais da defesa de instituições de ensino superior públicas, laicas, gratuitas, de qualidade, democráticas e socialmente referenciada.

Os pontos divergentes de leitura apontam para a seguinte direção: em que momento da greve nos encontramos? Numa ascensão do movimento paredista, ou chegando ao seu limite? Até esta data, 35 Assembleias deliberaram pela construção da saída da greve, enquanto outras 20 indicaram para a manutenção do movimento. Entre os dois pontos de vista, existe a defesa de uma saída de forma coletiva, mesmo que esta não aconteça em um dia específico, dando ao nosso sindicato nacional o protagonismo da direção do movimento paredista.

Entendemos que o debate no CNG e os pontos que emergem aqui não visam suprimir as diferenças de análises sobre o processo, demarcando o caráter plural e democrático deste Sindicato. Contudo, o próprio processo democrático, para se fazer presente, de forma consequente, deve apontar para sínteses que orientem a ação, que deve ser preferencialmente unitária, para uma intervenção que potencialize a força do nosso Sindicato Nacional.

ASSINAR O ACORDO PROPOSTO PELO GOVERNO?

Ainda que os termos do acordo apresentado pelo governo federal não atendam adequadamente ao conteúdo de nossas justas demandas, refletem avanços que só foram possíveis graças à força do movimento paredista. Para além do que já conquistamos, nos

últimos retornos que tivemos do governo federal, a conjuntura aponta para os limites desse processo negocial.

Entre os dias 27 de maio - dia da tentativa de ultimato do governo federal que resultou na assinatura com a entidade fantoche - e o dia 14 de junho, dia em que foram apresentados novos termos na negociação, ficou evidenciado que, mesmo com limites, houve avanços importantes quanto à recomposição orçamentária parcial, à pauta do Revogaço, aos grupos de trabalho sobre pontos da carreira e à consolidação de um processo negocial. Esse fator, por si só, pode ser considerado um ponto nodal que evidencia a força da nossa greve e a resistência da luta de nossa categoria.

Cabe destacar que, no dia 21 de junho, o governo enviou uma proposta unificada do MGI e do MEC, que organizou os itens, a partir do consenso negociado na mesa do dia 14 de junho - expostos nos Comunicados do CNG n. 35, n. 84 e n. 91 - embora ainda não esteja em formato de minuta de acordo, mas em mais uma apresentação de slides. Apesar da forma, a definição expressa do conteúdo permite uma melhor avaliação da proposta em seu conjunto.

Na forma e no conteúdo, a mensagem política do governo é eloquente, recrudescendo seu ataque ao movimento paredista e demarcando seu compromisso com o grande capital, caracterizando o cenário político, no qual não temos condições de avançar na correlação de forças por meio desta greve.

Nesse sentido, o acordo à disposição indica um condensado do que nossa atuação conquistou. Pudemos caminhar os passos que nossa base organizada e mobilizada conseguiu dar, em meio às dificuldades impostas pelas condições econômicas e o processo de desarticulação das formas coletivas de luta do período que atravessamos. É de enorme valia, para os interesses da categoria, preservar os avanços conquistados nessa quadra histórica de desafios; no mesmo sentido, fortalece o papel de representação do ANDES-SN, a garantia dos avanços políticos e organizativos acumulados nesse último período.

Por esses decisivos motivos, cumpre relevante papel político a assinatura do acordo, que demarca publicamente o ANDES-SN e o SINASEFE como as verdadeiras entidades responsáveis por seus avanços.

A CONSTRUÇÃO DA SAÍDA UNIFICADA DA GREVE NO ANDES-SN

O balanço das AGs indica que esse movimento histórico alcançou seu limite e que estamos no momento de seguir a luta por outras frentes. Para que o vigor desse movimento não se perca e que a greve siga sendo compreendida e valorizada como instrumento fundamental e eficaz na busca dos interesses da nossa classe proporcionando - que o Sindicato Nacional preserve o saldo político positivo desses mais de 60 dias de movimento paredista - reafirmamos a importância de construir uma saída coletiva.

Além disso, sobre a assinatura do novo acordo proposto pelo governo, vale ressaltar que também a maioria aponta para assinatura, embora algumas AGs tenham registrado limites na análise da proposta pela forma como o governo a apresentou, optando por não deliberar sobre a questão.

É chegado, enfim, o momento de se construir uma saída coletiva dessa greve histórica. Observadas a variedade e as particularidades que um sindicato nacional desse porte comporta, uma saída coletiva só é possível em um intervalo temporal que garanta as condições de retomada organizada do trabalho.

Nesse processo, o CNG convoca rodada de AGs para efetivação da saída conjunta da greve até o dia 3 de julho e se extingue, retomando o Setor das Federais como referência na organização dos encaminhamentos posteriores à greve, inclusive no que diz respeito ao acompanhamento à reestruturação dos calendários acadêmicos. Os CLGs permanecem em atividade até o encerramento da greve em cada instituição. Dessa forma, indicamos a dissolução do Comando Nacional de Greve no dia 27 de junho, tendo cumprido seu papel imprescindível para a construção e fortalecimento da Greve Nacional Docente do ANDES-SN.

ENCAMINHAMENTOS PARA AS ASSEMBLEIAS DE BASE

A rodada de AGs apontou, majoritariamente, para a construção da saída da greve de forma unificada dentro do ANDES-SN, com datas diversas. A partir desse conjunto de datas, o CNG entende a importância política de consolidar o período até dia 3 de julho para a saída da greve, resguardadas as situações excepcionais que impeçam a efetivação desta orientação.

Nesse sentido, o CNG do ANDES-SN propõe o seguinte calendário:

TAREFAS	DATAS	PAUTA
Rodada de AGs	Até dia 03 de julho	Deliberar sobre o dia da saída de greve no período até 03 de julho e demais encaminhamentos pertinentes às pautas locais.
Assinatura do Termo de Acordo com o Governo	26 de junho	
Dissolução do CNG	27 de junho	

Brasília (DF), 23 de junho de 2024.

Comando Nacional de Greve do ANDES-SN